

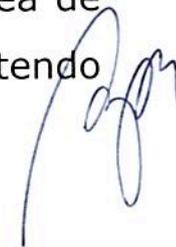
**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CMDU**

Data: 05/08/2021

Horário: 9:30hs

Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às nove horas e quarenta e cinco minutos, Manara cumprimenta e todos que estão presenciais e aqueles que estão via remota, pergunta se todos receberam a ata da reunião de dezessete de junho e se alguém tem alguma manifestação sobre o que está registrado na ata; sem manifestação de plenária e da participação remota, submete à aprovação da ata de reunião e pede que fiquem como estão aqueles que aprovam e se manifestem aqueles não aprovam ou se abstém. Sem manifestação a ata foi aprovada por unanimidade. Entra nos informes, pede para colocar em tela a discussão com o GRAPROHAB. Manara esclarece que esteve em reunião com o vice-prefeito, resgatando um pouco das reuniões anteriores, onde foi recebido a demanda da Aconvap e ELO com relação a alguns problemas é de encaminhamentos e posicionamento do GRAPROHAB. O ofício foi compartilhado os membros conselheiros do CMDU; recebemos a resposta e esse documento também foi compartilhado para tratar especificamente de uma alteração no entendimento manifestado, do GRAPROHAB, com relação às áreas remanescentes, incorporando na tabela de áreas onde isso muda os cenários e percentuais de áreas destinadas e área de lazer, área institucional. O GRAPROHAB respondeu, mantendo



aquele entendimento, ou seja, contestando ou refutando as argumentações. A solicitação foi levada pessoalmente ao presidente do GRAPROHAB, o doutor Lacir, no gabinete do secretário de habitação, que, na oportunidade passou mal e não pôde nos receber. O doutor Fernando Godoy, secretário executivo da pasta nos recebeu, junto com o doutor Lacir, com a presença do vice-prefeito Anderson Farias, que agendou essa reunião para que nós pudéssemos discutir pessoalmente. Esteve presente na reunião a equipe técnica coordenada pelo Osvaldo e o Paulo Caon da secretaria. Foi discutido o assunto, nos posicionamos, apresentamos os contra-argumentos e encaminhamos ao conselho o ofício com as argumentações, que tratam exatamente da sustentação da incoerência da posição do GRAPROHAB, diante até mesmo, das recentes aprovações. A manifestação do GRAPROHAB estava divergente desse novo entendimento, então nesse ofício constam três exemplos de parcelamentos que foram aprovados. Um em dois mil e quatorze, outro em dois mil e dezessete e o mais recente em dois mil e dezenove. Foi abordado e discutido a questão da interpretação com relação ao Manual do GRAPROHAB e estamos aguardando a resposta prometida pelo doutor Lacir. Foi colocada à disposição a equipe técnica para que antes mesmo da manifestação e nova resposta, nos colocamos à disposição para discutir com a equipe técnica dele, a pacificação desse entendimento. Manara diz estar agora nesse compasso de espera, mas adianta a todos que Dr Fernando Godoy se mostrou muito surpreso com as aprovações. Então,

no começo, ele ainda sustentava o argumento de que era aquele o entendimento para as áreas remanescentes, mas quando colocamos, Paulo Caon abriu os mapas ele viu o carimbo de aprovação, inclusive de manifestação e o carimbo, assinado por ele próprio, demonstrando que havia sim, um entendimento divergente daquela segurança anunciada por ele, dentro do próprio GRAPROHAB, manifestado por ele próprio. Então ele se mostrou bastante surpreso. Fomos capazes de demonstrar a ele que há uma incoerência e estamos com uma expectativa muito boa, de serem acolhidas nossas manifestações para que a gente possa resolver esse assunto. Manara pergunta se alguém tem alguma pergunta ou consideração. Pergunta se no painel, alguém tem alguma manifestação. Sem manifestação, conclui que está bem encaminhado e que foi bastante oportuno esse momento de conversa. Que a agenda coordenada pelo vice-prefeito, ela foi muito produtiva nesse sentido, para que nós pudéssemos colocar com mais detalhes e discutir melhor o assunto. Acredita que foi muito produtiva e esse é o sentimento geral da equipe e do vice-prefeito. Manara passa a palavra para o engenheiro Rodolfo para relatar e reportar como está o andamento do Código de Obras, que já foi discutido em câmaras técnicas. Engenheiro Rodolfo cumprimenta a todos e dando continuidade aos trabalhos para finalização do novo Código de Edificações, conforme ele já havia relatado na reunião do mês passado, informa que nessa primeira quinzena de agosto, fará o "upload" das devolutivas de todas as reuniões das câmaras



técnicas, das contribuições da EA, das contribuições recebidas via e-mail e a expectativa é que seja encaminhado para a Câmara Municipal na segunda quinzena de agosto. Se tudo correr bem, para o mês de setembro devemos ter o novo código de obras publicado. Informa que ao longo desses próximos dias estará fazendo o ajuste final de formatação do texto legislativo, para fazer esse encaminhamento junto à diretoria técnico-legislativa da prefeitura. Manara agradece Rodolfo e concede a palavra a Maria Rita da Aconvap que pede que seja disponibilizado para as entidades, antes de ir para a Câmara, o texto final. Acredita que vendo na lei, que embora tenha sido muito discutido fica uma palavra ou outra, que muda completamente o sentido. Manara acha extremamente pertinente a solicitação de Maria Rita, e se compromete a encaminhar antes de enviar para a Câmara. A secretaria teve também algumas solicitações de acesso de inteiro teor, por profissionais e já estamos discutindo internamente e providenciando junto à área de TI da prefeitura para que os responsáveis técnicos tenham acesso online pelo PREFBOOK onde eles são responsáveis. De forma análoga os advogados têm acesso e os engenheiros responsáveis também podem ter esse acesso e não ter que vir à prefeitura, fazer um pedido de inteiro teor. Ocupar tempo, deslocamento, abrir protocolo, ocupar o tempo de balcão. Manara acha que também é um avanço em termos de celeridade, de transparência, enfim, já está sendo providenciando para que logo seja possível essa aba de acesso, dentro da senha que os profissionais já têm no

PREFBOOK. A seguir Manara chama Osvaldo, para falar sobre o chamamento público do CMDU. Osvaldo cumprimenta os participantes, apresenta um retorno em função da publicação do edital e do prazo de inscrição das entidades, das vagas da sociedade civil, no total 18 vagas. Anuncia que teve somente seis habilitados nesse período, sendo: Entidade de classe, a OAB, e a EA cumpriram as duas vagas, dos três representantes de instituto de pesquisa e ensino e produção científica e tecnológica, somente o INPE se habilitou, com duas vagas disponíveis; um representante de entidade ambientalista, não houve credenciamento e a vaga continua disponível; para o movimento popular também continua disponível. As sete vagas das regiões administrativas, vinculadas a SABS continuam disponíveis e das quatro representantes do setor de comércio, serviços, indústria e construção civil foram habilitadas: a Aconvap, a ELO e a CDTCC, ainda com uma vaga que continua disponível. A intenção é de reeditar o chamamento para preenchimento das vagas remanescentes, com o mesmo prazo para que as entidades ainda possam concorrer. Manara avisa Osvaldo que a ACI gostaria de participar, mas que ela terá que se credenciar à última vaga da representatividade do setor do comércio, serviço e indústria. Informa se acaso nesse período novo, da reedição do decreto, as vagas continuarem abertas, na medida em que o Conselho se instale e a plenária do Conselho for aprovando interessados quando eles se credenciarem, para que o Conselho não fique o tempo todo aguardando que as vagas sejam preenchidas. Então o edital

será reeditado por mais um período e isso permitiria que a ACI e outras que já estão se apresentando finalizassem o credenciamento às vagas faltantes. Assim a proposta seria que a plenária do Conselho, em seu exercício, seguiria aprovando. Com a palavra José Renato da Aconvap, sugere que sejam mantidas as vagas daqueles que se habilitaram. Oswaldo informa que o edital será somente para as vagas disponíveis e caso não haja o credenciamento da totalidade delas, coloca o Conselho em exercício e na medida em que as entidades forem se cadastrando, a plenária endossa ou não, a entidade que se candidata àquela representatividade para que não se retarde muito o exercício do Conselho. Manara pergunta se alguém gostaria de se manifestar no chat ou presencial. Sem manifestação, segue para os informes, com a composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que é também análogo a uma câmara técnica, mas como se trata de fundo, a denominação é Conselho Gestor. Assim, com todas as outras câmaras técnicas permanentes, o Conselho Gestor também tem essa característica permanente. E pela prefeitura são seis membros e indicamos Paulo Caon, Rodrigo Lux e Rodolfo Venâncio. Comunica que está aberta a manifestação de interessados em participar de mais de três instituições, entidades conselheiras pela sociedade civil interesse, para uma discussão entre os solicitantes para apresentação com um acho que um prazo razoável de quinze dias, para que se manifestem por e-mail a secretária executiva do CMDU o interesse, para que a gente possa já na próxima

reunião, já dar posse do Conselho Gestor do Fundo. Pergunta ao conselho se têm alguma dúvida ou colocação, nenhuma manifestação, encerra os informes. Manara apresenta uma iniciativa que São José dos Campos de certa forma, coordenando sobre o consórcio de licenciamento ambiental. Lembra que já comentou na reunião anterior e que a construção dessa nova agência ambiental, deriva da Lei Estadual 140 e também da Resolução do CONSEMA 01/2018, 03/2018. Hoje há no estado de São Paulo, cerca de setenta e poucos municípios que já operam com seus próprios licenciamentos em vários níveis, lembrando, que o licenciamento ambiental, é dividido em: baixo, médio e alto impacto e a grande maioria desses municípios, só conseguem colocar dentro das exigências dessas leis, desses regramentos e o alto impacto exige muito mais em termos de disponibilidade de equipe multidisciplinar e outras exigências. Então a grande maioria desses municípios opera somente o licenciamento de baixo impacto, porque é aquele impacto de varejo na dinâmica de cidade. Por outras opções, como São José dos Campos, não é o município, por opção, dessa gestão, não se interessa em fazer diretamente o licenciamento ambiental dentro do município de São José dos Campos. Mas, ao possibilitar, dentro da própria lei, o formato de consórcio, surgiu essa oportunidade de encontrarmos um viés, que resolvesse ambos os problemas. Um formato em que fosse possível oferecer a condição de licenciamento ambiental de baixo, médio e alto impacto. Lembrando sempre de

característica local que ocorre em duas, três cidades, simultaneamente. Como exemplo a construção de uma estrada, ele não se descaracteriza como impacto local, ele mantém o seu licenciamento no âmbito da CETESB. Surgiu essa oportunidade de oferecer uma condição única para que os municípios menores tivessem condição de fazer o médio e alto impacto e também para os maiores municípios, essa condição mais adequada, de uma estrutura independente, que pudesse prover o licenciamento fora do âmbito da CETESB. Importante que se diga que a proposta, em momento nenhum, ela decorre de uma ruptura com o órgão ambiental, com a secretaria de meio ambiente. A construção, aliás, foi junto com a doutora Patrícia Iglesias, com o Eduardo Trani, representando a secretaria de infraestrutura e meio ambiente. É uma política induzida pelo próprio governo do estado e recentemente o governador Dória anunciou o incentivo ao formato de consórcios para a solução de vários problemas. Estamos trabalhando e no último dia trinta foi assinado o protocolo de intenções. Manara coloca em tela a apresentação que foi feita aos dez prefeitos e respectivos secretários, que assinaram o protocolo de intenções, como municípios fundadores do consórcio de licenciamento ambiental do Vale do Paraíba. Manara vai apresentar aos conselheiros a estrutura dessa futura agência; que é composto por uma assembleia de prefeitos de São José dos Campos, Jacareí, Tremembé, Pindamonhangaba, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal, Paraibuna, Jambeiro, São José do Barreiro e Bananal. A

CA



assembleia geral escolhe o prefeito que vai assumir a presidência por dois anos, essa é uma inovação, a criação de um espaço de um Conselho Permanente Fiscal e de Controle Social, atrelada a essa presidência. Entre a secretaria executiva e a presidência, serão compostos por membros indicados dos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, dois membros de cada cidade, um da sociedade civil, outro da prefeitura. Serão indicados a compor esse Conselho Fiscal e de Controle Social, que vai ter, dentre outras prerrogativas de atuação, poder solicitar esclarecimentos, apresentação ao secretário executivo de todo e qualquer empreendimento de processo de licenciamento que esteja sob análise desse consórcio. A secretaria executiva e duas diretorias vão ter livre provimento, então, a plenária de prefeitos escolhe o secretário executivo, que vai conduzir efetivamente as ações em nome do consórcio. Serão criadas duas diretorias, uma administrativa e outra técnica. Um corpo técnico, outro administrativo por concurso público. A ideia é lançar esse consórcio na data de quinze de setembro, porque uma vez assinado o protocolo de intenções, o trabalho desse grupo organizador, do qual faremos parte está tendo um apoio muito grande da ANAMMA, também faz parte como diretor em São Paulo, que é a Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, congrega todos os secretários municipais de meio ambiente do país e que tem dentre as suas principais bandeiras, o processo de municipalização do licenciamento ambiental no país. A ANAMMA vem dando um apoio muito grande para a idealização

e construção. Rogério Menezes, secretário de Campinas, que tem um case de sucesso em licenciamento ambiental, a Andréia, que é diretora na área jurídica, Cláudio Scalli, o presidente da ANAMMA São Paulo, conselheiro do CONSEMA, faz essa ponte inclusive, dentro do próprio CONSEMA e com o secretário do estado e a presidência da CETESB, em apoio à iniciativa do Vale do Paraíba. Importante dizer que esse vai ser o primeiro consórcio com atuação exclusiva em licenciamento. O primeiro do estado de São Paulo. E nesse formato, vai ser o primeiro do Brasil. Então os desafios são muito grandes, mas estamos maduros e seguros de que é o momento de nós optarmos por essa estratégia. Até mesmo porque, o próprio estado já diz há muito tempo, que não tem mais estrutura e condições de atender a esse grande varejo do processo de licenciamento ambiental no país. Não se trata de uma ruptura com a CETESB, pelo contrário, ela está bastante satisfeita com esse arrojo, com essa coragem dos municípios do Vale do Paraíba, contribuir e muito para o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental regional. Então numa primeira etapa a partir de setembro até dezembro desse ano, o desafio vai ser estruturar esse consórcio e uma das primeiras ações que deverá ser feita é contratar uma plataforma para o processo eletrônico de protocolo. É como se fosse o CIGAM, o processo que hoje existe no estado, terá que ser contratado e a outra, o prefeito Felício já cedeu um espaço para que esse consórcio seja sediado em São José dos Campos. O secretário executivo e os dois diretores nomeados terão que estruturar

Ca

computador para dar a cara do local em que esse consórcio vai acontecer; a formatação jurídica e as questões dessa interface com os municípios. Nesse primeiro momento até o começo do próximo ano, não se prevê a recepção de protocolo para o licenciamento. A segunda etapa seria a seleção pública, contratos temporários, por seleção pública, de um ano, prorrogável por mais um ano. É necessário experimentar durante um ou dois anos, recepcionar as propostas, para que tenha uma clara dimensão dos temas predominantes. É preciso verificar o perfil dos profissionais que devem ser contratados de forma efetiva para que possa contratar com mais segurança. E a terceira etapa seria fazer um concurso público, para ter seu corpo técnico e administrativo, funcionários concursados com isenção, com autonomia e com a proteção legal devida, para o exercício dessa atividade. Manara lembra que a agência ambiental do Vale do Paraíba, ela trabalha tão somente com impacto local, nas três dimensões: baixo, médio e alto impacto. A Resolução do CONSEMA 01 de 2018, está sob análise e reanálise agora. No seu Anexo, o que compreende mais é cerca de cento e cinquenta tipologias de atividades produtivas que são possíveis de ser licenciado pelos municípios ou pelo consórcio esse anexo será revisto. É possível que aumente bastante a tipologia de segmentos, produtos, negócios que possam ter o seu licenciamento municipalizado. A CETESB continua com os licenciamentos devidos de impacto regional e em algum momento, em que se tenha impacto nacional o IBAMA continua também licenciando. Um exemplo

que já está sendo construído o Linhão, da Alupar, que foi licenciamento federal, porque atravessa dois estados. Esses são os produtos de atribuições da agência, a avaliação do estudo de impacto ambiental, um parecer técnico. O proponente entra, com seu protocolo, os documentos que vão subsidiar a sua intenção de obtenção da licença; a equipe técnica emite um parecer técnico. Então nós fizemos um grande benchmark em vários consórcios, principalmente Santa Catarina, Minas Gerais que fazem uma parte do processo de licenciamento. Mas eles fazem tão somente o parecer técnico, o encaminham ao município e o município emite a licença. Então, o licenciamento continua feito por cada município, com o apoio do consórcio tão somente no momento da avaliação e do parecer técnico. A nossa proposta é que o consórcio do Vale do Paraíba seja um órgão emissor da licença e também promova a fiscalização do objeto licenciado. Então são essas duas ações complementares dentro da rotina do licenciamento, que é o grande diferencial daquilo que é inovador no cenário brasileiro. É um consórcio que irá desempenhar, desde o estudo, a emissão da licença e a fiscalização do objeto licenciado. Lembrando também que a fiscalização, não é concorrente com a CETESB, ela continua com o seu exercício de fiscalização, naquilo que é de competência e o município também exerce a sua fiscalização. Como exemplo, árvore isolada, teve uma supressão que não foi autorizada, não é o consórcio que vai fiscalizar, é de competência do município. Será criado dentro da plataforma aquilo que enquadra como

CA



dispensa de licença, como via rápida do CIGAM. Hoje já existe a licença automática. Uma manifestação da equipe técnica, a licença automática dentro do próprio sistema e o licenciamento dividido entre estudo ambiental simplificado e relatório ambiental preliminar e o Estudo de Impacto Ambiental. O EIA-RIMA, é o documento mais complexo e denso para análises. Para tanto, além da equipe técnica, é previsto na estrutura do consórcio a contratação de outros especialistas "ad hoc", dependendo das exigências e da complexidade de cada processo a ser analisado. Manara apresenta uma planilha dos recursos necessários para operacionalizar o consórcio; projeção de uma economia de quase metade do que seria o gasto, se cada um dos dez municípios fosse investir em ter o seu próprio licenciamento. Teria um gasto de cerca de nove milhões trezentos e quarenta mil reais. Manara parabeniza toda a estrutura do consórcio, a equipe da SEURBs, a Lívia, Teles e o Derik, que ajudaram a construir todas essas análises, simulações; a parte jurídica, o doutor Alex da SAJ, como procurador. São José está dando um apoio muito grande na estruturação desse consórcio e Manara faz questão de citar o empenho dessas pessoas que foram decisivas para que pudéssemos conversar com todos os prefeitos e termos as respostas. As dúvidas são muito grandes e uma das primeiras perguntas que obviamente todos os prefeitos fazem é: quanto que custa, qual é projeção, se for feito com esforço próprio quanto se gasta, quanto vai economizar. Cumprimos todas as etapas e fizemos oficinas. Manara esclarece que junto com

Cláudio Scalli, presidente da ANAMMA peregrinou por vários municípios que manifestaram interesse. A primeira provocação foi via Codivap. Faremos outro esforço complementar após dia trinta, que foi a assinatura do protocolo que é a conversa em reuniões remotas com as Câmaras de Vereadores que quiserem se apropriar mais do assunto. Já foi feita uma reunião com o Ministério Público em São Paulo e a ideia é que o GAEMA tenha uma senha específica, que ele possa entrar a qualquer tempo, em qualquer processo, em qualquer tramitação de licenciamento que esteja sendo analisada com transparência e com mecanismos de controle social. Uma articulação muito grande com a secretaria de infraestrutura e meio ambiente e a CETESB. O protocolo de intenções com as regras básicas de funcionamento passou pela aprovação das dez áreas técnicas e jurídicas das prefeituras, maduro para chegar no dia quinze de setembro para seu lançamento. São dez municípios e estamos finalizando uma proposta bastante corajosa e desafiadora, porque também nesse benchmark, fizemos algumas simulações comparadas e alguns dados que são interessantes. Alguns consórcios relataram que já trouxeram uma média de dois anos de análise para emissão de uma licença para três, quatro meses e isso não é só em busca de celeridade já que às vezes, se confunde com flexibilização indevida. Então não é esse o propósito, tão somente da busca da celeridade, mas um consórcio regional, ele tem uma característica bastante própria, e importante porque ele é composto, por dentro da sua estrutura, por pessoas que conhecem as características dos

municípios, conhecem as especificidades ambientais, características dos biomas e conhecem a região. Estarão mais próximos do objeto a ser licenciado, o que não acontece hoje mais com a CETESB, porque ela perdeu muita estrutura das regionais aqui na região da RM Vale. Perdemos duas agências nos últimos dez anos, a de Ubatuba e de Aparecida. Então além de perder estrutura, a rotina hoje que a CETESB adota, para os assuntos, são definidos na regional. É muito comum para assuntos, inclusive de menor envergadura, de menor impacto, remeterem o processo para São Paulo. Assim, o solicitante, sejam eles poder público, a própria prefeitura municipal ou empreendedores vão concorrer com a pouca equipe que a CETESB tem em São Paulo, com obras como o metrô, a ampliação do Porto de Santos e então fica uma concorrência muito prejudicial. E quando estão debruçados sobre a análise de solicitações dos municípios, os técnicos não têm tempo, nem condições de realizar vistorias, de se aprofundar naquela situação específica em análise. Então, quando se fala de celeridade, a nossa busca é que a celeridade seja um reflexo natural e não induzido porque para não se confundir com flexibilização indevida. Pelo simples fato da agência se debruçar tão somente a uma região, ela vai ter na sua composição técnicos experimentados da região. Por isso já vamos ter um reflexo em termos de celeridade, de qualidade da licença emitida. Portanto, também, da qualidade em termos de blindagem de eventuais questionamentos jurídicos das licenças concedidas, que hoje também essa questão muito estranha no

cenário brasileiro, do jurídico, do judiciário, na verdade, está se envolvendo, com uma capilaridade em muitos assuntos de competência exclusiva do executivo. Mas o propósito é dar mais segurança jurídica, mais celeridade. Um desafio muito grande, que vai ser um exercício inovador. O prefeito Felício, desde o primeiro momento, manifestou um apoio muito grande, muito forte para essa ideia. Então no dia 15 de setembro, convidaremos a todos para esse evento de lançamento. O CMDU, obviamente será convidado, assim como as instituições. Manara se coloca aberto a perguntas, ou questionamentos. Com a palavra Maria Rita da Aconvap, que gostaria de entender o que seria local? Ela dá um exemplo a Linha Verde. Embora seja uma obra grande, ela só interessa ao município. Isso é local? Manara responde que sim, que é local, já que o consórcio licenciaria, Via Cambuí, Via Jaguari, desassoreamento de córregos, tudo local. Agora, a união de Jacareí, com São José, mesmo que sejam três, quatro quilômetros de via, é impacto regional. Com a palavra José Renato da Aconvap, que informa que as empresas sofrem muito com a forma como a CETESB hoje trabalha. Essa divisão de, só os pequenos impactos ficarem na municipalidade e maiores impactos irem pra CETESB, que na grande parte das vezes, dando entrada em São José dos Campos e são transferidos para São Paulo, tem adiado e prejudicado bastante os empreendimentos. Parabeniza a municipalidade, trazendo esse órgão e agência para São José dos Campos. Acredita que teremos chance de agilizar muito os empreendimentos privados

e os da municipalidade. Parabeniza pela iniciativa e que a Aconvap apoia integralmente a iniciativa. Manara agradece José Renato, diz que vai precisar desses apoios mesmo para construção de uma nova rotina. Manara agradece imensamente à presença de todos que participaram via remota e em plenária e lembra aqueles que quiserem participar do Conselho Gestor do Fundo Municipal do Meio Ambiente, são três vagas, anunciem via e-mail para a secretária executiva, dentro de quinze dias, para que possamos na próxima reunião, dar posse ao Conselho Gestor do Fundo Municipal, que é uma câmara técnica permanente. Nada mais a tratar Presidente Manara agradece a equipe de estrutura e apoio e encerra a reunião, eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva

LISTA DE PRESEÇA- REUNIÃO CMDU-05/08/2021

PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

	CONSELHEIRO(A)/CONVIDADO	TITULAR/SUPLENTE	ENTIDADE
01	Adriana Bandino	Suplente	SASC
02	Elis Marcos de Aguiar Sato da Silva	Participante	PRICINTENTE BAIRRO
03	Maíra R. C. Siqueira	Suplente	Aconvoq.
04	Regina Paiva	Suplente	AELO
05	Angela Faver	Titular	AELO
06	Caio Pereira	Convidado	AELO
07	Rodolfo Marcos Venâncio	Titular	SEURBS
08	Marcos Leonardo	Titular	SESTO
09	JOSE RENATO FERREIRO	Titular	Aconvoq.
10	Oswaldo Vieira	Titular	SEURBS
11	Livia Corrêa Silva	Suplente	SEURBS
12	RENATO G. MADURARIA	Titular	SEURBS
13			
14			

